



ANÁLISE DO PERFIL DE ANORMALIDADES CONGÊNITAS NOS RECÉM-NASCIDOS NO BRASIL: UM ESTUDO TRANSVERSAL

¹ Amilton Luis Sales Leite de Menezes; ² Thaís Soares Matos de Melo Martins; ³ Mariana Tainá Oliveira de Freitas; ⁴ Ana Beatriz Nunes Paiva do Amaral; ⁵ Sara Araújo Costa Uchoa.

¹ Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar - UNP; ² Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar - UNP; ³ Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar - UNP; ⁴ Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar - UNP; ⁵ Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar - UNP;

Área temática: Temas transversais

Modalidade: Comunicação Oral

E-mail dos autores: amiltel1@hotmail.com¹; thaismmm@gmail.com²

marianatainafreitas@gmail.com³; anabeatriznpa@gmail.com⁴; sarauchoa2@gmail.com⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: As anomalias congênitas (AC), ou malformações congênitas, são condições que ocorrem durante o desenvolvimento fetal e resultam em alterações estruturais ou funcionais em diferentes partes do corpo. Essas circunstâncias representam um importante problema de saúde pública em todo o Brasil, afetando milhares de crianças e suas famílias. **OBJETIVO:** Avaliar o perfil epidemiológico de anormalidades congênitas no Brasil entre 2017 e 2021. **MÉTODOS:** Estudo observacional, transversal, descritivo e quantitativo, realizado mediante coleta de dados no Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) vinculado ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS), segundo o período acima descrito. **RESULTADOS:** Constatou-se que o total de crianças nascidas com AC entre 2017 e 2021 foi 159.441. Deste resultado, 53.080 crianças nasceram de parto vaginal, 106.131 nasceram de parto cesáreo, sendo os demais não registrados no sistema. Nota-se também que os anos 2020 e 2021 representam queda no total de diagnósticos. Quanto às regiões brasileiras, apresentaram os seguintes quantitativos: 12.390 no Norte; 40.351 no Nordeste; 75.579 no Sudeste; 20.222 no Sul; 10.899 no Centro-Oeste. Percebe-se que o número de crianças nascidas de parto cesáreo com anomalias congênitas é maior, o que pode ser justificado pela popularização deste método. A respeito dos índices regionais, diversas podem ser as justificativas, como efetividade das campanhas de conscientização, quantidade populacional local, acesso a meios nutricionais, exposição a toxicidade e influência dos hábitos de vida. **CONCLUSÃO:** O estudo demonstra o quadro de instabilidade nos números das anomalias nos





últimos anos no país, apresentando informações cuja análise são relevantes para o aprimoramento da saúde materno-infantil e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas. Os resultados obtidos trazem clareza quanto ao cenário atual das AC, evidenciando a necessidade de ações para compreensão da situação.

Palavras-chave: Anormalidades congênitas, epidemiologia, recém-nascidos.

1 INTRODUÇÃO

As anomalias congênitas (AC), conhecidas também como malformações congênitas, são condições que ocorrem durante o desenvolvimento fetal e resultam em alterações estruturais ou funcionais em diferentes partes do corpo (CALONE, Alice et al., 2009). Essas condições representam um importante problema de saúde pública em todo o Brasil, afetando milhares de crianças e suas famílias.

A compreensão do perfil epidemiológico das anormalidades congênitas no país é fundamental para direcionar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado. A identificação de diferenças regionais e fatores de risco associados a essas condições pode subsidiar a implementação de ações de saúde pública mais efetivas e regionalizadas, visando reduzir a incidência e minimizar as consequências dessas malformações.

Portanto, a avaliação do perfil epidemiológico das AC é essencial para compreender a magnitude do problema, identificar os padrões de ocorrência e subsidiar a elaboração de políticas públicas de saúde efetivas. Além disso, a análise regional e a estratificação por tipo de parto podem fornecer dados válidos sobre possíveis fatores de risco e variações geográficas associadas a essas condições. Este estudo tem o potencial de fornecer informações atualizadas e relevantes para profissionais de saúde, gestores públicos e pesquisadores, contribuindo para a melhoria da saúde materno-infantil e o desenvolvimento de políticas públicas de saúde voltadas para a prevenção e o cuidado das AC. Ao compreender melhor o panorama epidemiológico dessas condições, será possível direcionar recursos e esforços de forma mais efetiva, visando melhorar a qualidade de vida das crianças afetadas e promover a saúde da população em geral.

Este estudo tem como objetivo avaliar o perfil epidemiológico de anormalidades congênitas no Brasil entre os anos de 2017 e 2021, utilizando dados coletados no Sistema de Informação de





Nascidos Vivos (SINASC), vinculado ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS). A abordagem descritiva e quantitativa adotada permite uma análise detalhada das características dessas condições em diferentes faixas etárias, considerando a distribuição regional e o tipo de parto.

2 MÉTODO

Trata-se de estudo observacional, transversal, descritivo e de abordagem quantitativa, cujas unidades de análise de área foram as macrorregiões brasileiras. Nos estudos transversais e observacionais um grupo é avaliado em um determinado momento do tempo, com a descrição, análise e interpretação das informações coletadas (HULLEY et al., 2008).

Os dados foram coletados em maio de 2023 e abrangem toda a população brasileira, sem distinção de sexo e faixa etária, que identificou uma anormalidade congênita em hospitais da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), no período de janeiro de 2017 até dezembro de 2021, visando coletar dados mais recentes sobre a pesquisa. Foram provenientes do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC), obtidos a partir do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A análise dessa pesquisa incluiu indivíduos categorizados por região geográfica e tipo de parto, nos quais foram detectadas anomalias congênitas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme foi observado, as anomalias congênitas podem ser oriundas de questões diversificadas que ocasionam a mutação gênica e causam consequências, na maioria das vezes, irreversíveis. Os dados obtidos demonstram exponencial quantidade do número de crianças com AC nascidas por meio de intervenções cirúrgicas (parto cesáreo) em relação aos concebidos de forma natural, sendo aquele um total de 106.131, enquanto apenas 53.080 nasceram de parto vaginal.

Os quantitativos do total de crianças nascidas com anomalias congênitas nas regiões do Brasil nos anos de 2017 a 2021 são: 1.303 em Rondônia; 835 no Acre; 2.306 no Amazonas; 575 em Roraima; 4.471 no Pará; 1.457 no Amapá; 1.443 em Tocantins; 3.115 no Maranhão; 2.358 no Piauí; 7.677 no Ceará; 2.314 no Rio Grande do Norte; 2.935 na Paraíba; 8.575 em Pernambuco; 2.495 em Alagoas; 2.665 em Sergipe; 8.220 na Bahia; 12.248 em Minas Gerais; 3.062 no Espírito Santo; 9.190 no Rio de Janeiro; 51.079 em São Paulo; 6.897 no Paraná; 5.273 em Santa Catarina; 8.052



no Rio Grande do Sul; 1.926 no Mato Grosso do Sul; 2.181 no Mato Grosso; 4.167 em Goiás; e 2.625 no Distrito Federal.

Partindo-se para a análise dos dados obtidos, no que diz respeito aos números relativos ao tipo de parto e modo de nascimento das crianças com anomalias congênitas, é cabível a relação com a popularização deste método e sua consequente maior aplicabilidade rotineira (BETRAN, A. P. et al., 2021), além de ser uma prática que demanda menos tempo por parte da equipe de saúde.

Outro indicador importante é a clara redução do número total de casos registrados nos anos de 2020 e 2021, podendo ser justificado pela maior efetividade de campanhas conscientizadoras, além da expansibilidade de discursos que exaltam os benefícios de um estilo de vida saudável. Pode-se realçar também o papel dos atuantes na área de saúde e sua sólida participação no acompanhamento dos pré-natais e repasse de informações valiosas no que diz respeito aos meios de evitar o surgimento de AC. Ainda, outro fator que pode exercer influência nesses dados, é a dificuldade de rastreamento de casos em decorrência da pandemia ocasionada pelo coronavírus (OMS, 2020), condição que se tornou obstáculo na coleta de certas informações públicas relacionadas à saúde.

Por fim, os dados regionais são bastante variados, mas alguns tópicos justificáveis podem ser levantados, tais quais o alto índice populacional demográfico do estado de São Paulo, o que justifica ser o local com maior número de casos. Há também o difícil acesso aos meios de saúde para os moradores da região norte e nordeste, o que impede a longitudinalidade proposta pelo sistema, deixando feto e mãe mais vulneráveis por falta de informação ou acompanhamento; além da dificuldade de acesso a certos tipos de alimentos nutricionais, tornando-se empecilho na formação sadia do bebê - referida questão também se aplica às localidades muito populosas e com elevados índices de pobreza. Outro fator relevante é a característica climática de cada região, que acaba por favorecer a proliferação de agentes transmissores de doenças como dengue, zika e chikungunya.

4 CONCLUSÃO

As anomalias congênitas representam um importante problema de saúde pública, afetando crianças e suas famílias. Portanto, a compreensão do perfil epidemiológico das malformações



congênitas é fundamental para direcionar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado.

Do exposto, esse estudo demonstra o quadro de instabilidade nos números das anomalias nos anos de 2017 a 2021, apresentando e avaliando informações do perfil epidemiológico de AC no Brasil, cuja análise é relevante para o aprimoramento da saúde materno-infantil e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas.

Os resultados obtidos trazem clareza quanto ao cenário atual das AC, evidenciando a necessidade de ações para compreensão da situação. É necessário o acompanhamento dos dados nos próximos anos para que seja possível identificar qual tendência as anomalias seguirão, tornando possível o combate a elas de maneira eficaz.

REFERÊNCIAS

BETRAN, A. P. et al. Trends and projections of caesarean section rates: global and regional estimates. *BMJ Global Health*, v. 6, n. 6, p. e005671, jun. 2021. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/6/6/e005671>. Acesso em: 2 de junho de 2023.

Brasil, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 16 de maio de 2023.

UNA SUS. Universidade Aberta do SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. UNASUS, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

HULLEY, S. B. et al. Delineando a pesquisa clínica uma abordagem epidemiológica. [s.l.] Porto Alegre Artmed, 2008.

CALONE, Alice et al. Malformações congênitas: aspectos maternos e perinatais. *Rev AMRIGS*, v. 53, n. 3, p. 226-30, 2009.

